

Registrado sob o número 19.528, no Cartório Marcelo Ribas, 1º Ofício Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília / DF em 17 de janeiro de 1996.

ESTATUTO SOCIAL DO FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

CAPÍTULO I

Da denominação fins, sede e duração

Art. 1º - O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, doravante denominado pela sigla FNDC, é uma associação civil, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, constituída por instituições da sociedade civil, igualmente sem fins lucrativos, que representam setores da sociedade civil que assumam a importância da área das comunicações para a construção da democracia e da cidadania e que se disponham a adotar a finalidade e disposições previstas neste Estatuto.

Art. 2º - São finalidades do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação:

I - fomentar, por todas as suas instâncias e meios, a democratização da comunicação;

II - incentivar a máxima ampliação das condições de acesso de todos os segmentos da sociedade à propriedade, posse e utilização dos meios de comunicação social;

III - fomentar o desenvolvimento da capacidade de geração de informação a todos os segmentos sociais;

IV - favorecer uma ampla participação de todos os setores da associação na formulação de políticas públicas de comunicações;

V - estimular o desenvolvimento de formas de controle públicos sobre os meios de comunicação de massa como condição para orientar as decisivas determinações do conteúdo destes meios no desenvolvimento da cultura e da democracia no país;

VI - fomentar a capacitação dos cidadãos para a leitura crítica dos meios de comunicação, nas suas diversas modalidades, e para o debate da estética, a partir da compreensão da linguagem e dos artifícios empregados;

VII - estimular a elaboração teórica, técnico-científica e política sobre as comunicações;

VIII - estimular o desenvolvimento dos sistemas de comunicação e a inserção destes no contexto internacional visando a autonomia estratégica e a soberania do país.

Art. 3º - Para a consecução das suas finalidades, o FNDC poderá realizar as seguintes atividades:

I - desenvolver pesquisas, especialmente qualitativas, nas áreas social, política, cultural e econômica;

II - organizar, promover, apoiar e realizar cursos, seminários, debates e treinamentos, regulares ou intensivos;

III - imprimir, confeccionar e reproduzir material didático, revistas, jornais, folhetos e impressos, de acordo com as suas finalidades;

IV - editar obras relativas às ciências humanas, às letras, às artes e outras de cunho cultural;

V - produzir obras audiovisuais, cinematográficas ou de multimídia, bem como programas de televisão;

VI - patrocinar exposições, festivais, espetáculos e atividades congêneres;

VII - conceder prêmios a autores, artistas, escritores, técnicos de arte, espetáculos musicais e de artes cênicas ou produções e programas de televisão e rádio, obras de vídeo, filmes ou multimídia e concursos e festivais realizados no Brasil;

VIII - construir, organizar, equipar, manter ou formar arquivos, banco de dados ou bibliotecas de uso público;

IX - construir e equipar salas e outros ambientes destinados às atividades artísticas e culturais em geral;

X - distribuir gratuitamente ingressos adquiridos para este fim, desde que sem ônus para o FNDC e com aprovação do Conselho Deliberativo, de espetáculos artísticos ou culturais;

XI - fornecer gratuitamente, desde que sem ônus para o FNDC e com aprovação do Conselho Deliberativo, bolsas de estudo e passagens para transporte de artistas, conjuntos musicais, estudantes pesquisadores, professores ou conferencistas, brasileiros ou residentes no Brasil, quando em caráter cultural, no Brasil ou no exterior.

Art. 4º. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação tem foro e sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 5º. O prazo de duração da associação é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Dos Sócios

Art. 6º. Serão admitidos como associados as instituições da sociedade civil que concordem com as finalidades do FNDC e com este Estatuto, sendo admitidas por decisão da maioria simples da Coordenação Executiva.

Parágrafo único - Das deliberações da Coordenação Executiva sobre o processo de admissão, cabe recurso ao Conselho Deliberativo.

Art. 7º. O quadro social do FNDC será constituído de:

I - Sócios Fundadores Entidades Nacionais - são as pessoas jurídicas, de jurisdição ou atuação nacional, signatárias do documento de constituição da associação;

II - Sócios Fundadores Entidades Regionais - são as instituições da sociedade civil, constituídas como pessoas jurídicas, ou não, de jurisdição ou atuação estadual ou local, signatárias do documento de constituição da associação;

III - Sócios Titulares Entidades Nacionais - em número ilimitado, são pessoas jurídicas de jurisdição ou atuação nacional, observadas as condições de admissão previstas neste Estatuto;

IV - Sócios Titulares Entidades Regionais - em número ilimitado, são as instituições da sociedade civil, constituídas como pessoas jurídicas, ou não, de jurisdição ou atuação, estadual ou local, observadas as condições de admissão previstas neste Estatuto e que ficam vinculadas a Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação.

§ 1º. Os Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação são instâncias do FNDC que congregam os Sócios Fundadores Entidades Regionais e os Sócios Titulares Entidades Regionais;

§ 2º. Os Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação serão compostos por, no mínimo, 5 (cinco) instituições da sociedade civil e terão, como abrangência máxima, uma unidade da federação e, como abrangência mínima, um município;

§ 3º. Não poderá haver mais de um Comitê de abrangência máxima em uma unidade de federação e de abrangência mínima em um município;

§ 4º. Os Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação terão vida administrativa própria, respeitado o disposto no presente Estatuto e as decisões das instâncias do FNDC;

§ 5º. A qualidade de associado não atribuirá qualquer tipo de vantagem pecuniária, sendo vedada a distribuição aos associados de rendas, resultados ou quaisquer pagamentos monetários pela associação;

§ 6º. Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO III

Admissão ao Quadro Social e Direitos e Deveres

Art. 8º - A admissão ao Quadro Social dos Sócios Titulares Entidades Nacionais e dos Sócios Titulares Entidades Regionais far-se-á respectivamente por solicitação do interessado à Coordenação Executiva, para deferimento.

Art. 9º - São direitos de todos os associados:

I - utilizar-se dos serviços oferecidos pelo FNDC, na forma estabelecida pela Coordenação Executiva;

II - propor nomes para integrar as instâncias diretivas do FNDC;

III - encaminhar propostas à Coordenação Executiva visando a implantação de medidas de interesse do FNDC e da luta pela democratização da comunicação;

IV - representar à Coordenação Executiva, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho de Ética, sobre fatos que atentem contra a imagem e o bom nome do FNDC ou contra a sua administração;

V - retirar-se da associação livremente, devendo formalizar sua decisão à Coordenação Executiva, apresentando suas razões e a declaração geral de quitação de suas obrigações com a associação.

§ 1º. É direito do associado, sempre que for justificado, solicitar que suas posições, quando derrotadas, sejam ressaltadas nas manifestações públicas do FNDC;

§ 2º. A participação dos associados na vida social do FNDC se dará através de representantes expressamente designados.

Art. 10. É direito dos Sócios Fundadores Entidades Nacionais e Sócios Titulares Entidades Nacionais enviar delegados à Plenária Nacional.

Art. 11. São direitos dos Sócios Fundadores Entidades Regionais e Sócios Titulares Entidades Regionais:

I - participar, através de seus representantes, das atividades e da administração dos Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação;

II - votar e ser votado na escolha de delegados à Plenária Nacional, através das Plenárias Regionais dos Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação.

Art. 12. São deveres de todos os associados:

I - respeitar e cumprir o presente Estatuto Social, bem como as resoluções da Plenária Nacional, do Conselho Deliberativo, do Conselho de Ética e da Coordenação Executiva;

II - zelar pelo bom nome e imagem do FNDC e colaborar para a consecução dos seus objetivos sociais;

III - pagar as contribuições devidas, ordinárias e extraordinárias;

IV - comunicar à Coordenação Executiva fatos do seu conhecimento que possam atentar ou obstruir a democratização da comunicação e as práticas democráticas na área das comunicações.

Parágrafo único - Fica estabelecido que as Entidades Nacionais, os Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação e as Entidades Regionais poderão substituir, a seu critério, o representante da entidade, devendo, para tanto, formalizar tal decisão às instâncias diretivas do FNDC.

Art. 13. Os Sócios Titulares Entidades Nacionais e os Sócios Titulares Entidades Regionais, só poderão enviar delegados à Plenária Nacional caso integrem o corpo de associados ao FNDC desde, no mínimo, 6 (seis) meses antes desta.

Art. 14. O associado que se retirar ou for afastado do FNDC, respeitado o disposto no presente Estatuto, perderá as taxas e contribuições pagas, não cabendo qualquer tipo de reembolso ou indenização.

CAPÍTULO IV

Patrimônio

Art. 15. O FNDC tem personalidade jurídica e patrimônio distintos em relação aos seus associados, coordenadores e conselheiros, que não respondem subsidiária nem solidariamente pelas obrigações contraídas em nome da associação.

Art. 16. O patrimônio da associação será constituído:

I - por contribuições dos seus sócios e pelos bens imóveis, títulos, valores e

direitos que lhe pertençam ou venham a lhe pertencer, ou pelas doações de seus associados ou terceiros; e

II - pelas rendas provenientes de seus bens, atividades, promoções e eventuais serviços.

Art. 17. Os bens e direitos da associação, assim como suas rendas, somente poderão ser utilizadas para a consecução de seus objetivos, facultado, porém, o investimento para obtenção de rendas adicionais destinadas ao mesmo fim, sendo o resultado financeiro aplicado exclusivamente na manutenção e consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO V

Infrações e Penalidades

Art. 18. As infrações às disposições deste Estatuto estão sujeitas às sanções previstas neste capítulo.

Art. 19. As infrações, dependendo de sua gravidade, a juízo das instâncias diretivas do FNDC, por proposta de algum dos seus membros, serão punidas com as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão;

III - eliminação do quadro social.

Parágrafo único - As penalidades estarão definidas no Regimento Interno.

Art. 20. A Coordenação Executiva e o Conselho Deliberativo são os órgãos competentes para a aplicação das penalidades aqui previstas, garantindo ao associado o direito de defesa.

§ 1º. Caso o associado não se conforme com a decisão da Coordenação Executiva, poderá recorrer, com efeito suspensivo ao Conselho Deliberativo, dentro de 30 (trinta) dias contados do recebimento da punição.

§ 2º. Caso o associado não se conforme com a decisão do Conselho Deliberativo, poderá recorrer, sem efeito suspensivo, à Plenária Nacional.

§ 3º. As notificações de punições deverão ser feitas via postal, com Aviso de Recebimento (AR).

§ 4º. O Conselho Deliberativo deverá pronunciar-se dentro de 30 (trinta) dias a partir da data do recebimento do recurso, podendo formular consultas aos associados e à Coordenação Executiva.

Art. 21. A Coordenação Executiva aplicará aos associados em atraso por mais de 2 (dois) meses com suas obrigações financeiras, a punição de suspensão dos direitos garantidos por este Estatuto, até a efetiva liquidação das contribuições em atraso.

Parágrafo único: As penalidades impostas pela Coordenação Executiva, em razão da falta ou atraso de pagamento, são irrecorríveis e só cessarão mediante quitação.

CAPÍTULO VI

Direção, administração e fiscalização

Art. 22. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação é dirigido por um Conselho Deliberativo, administrado por uma Coordenação Executiva, fiscalizado por um Conselho Fiscal e tendo a Plenária Nacional como órgão máximo de representação dos associados.

§ 1º. Como instâncias políticas e administrativas intermediárias do FNDC existirão os Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação, destinados a:

I - congregar e articular os Sócios Fundadores Entidades Regionais e os Sócios Titulares Entidades Regionais;

II - implementar as atividades do FNDC em âmbito regional;

III - formular propostas concernentes aos objetivos da associação;

IV - desenvolver iniciativas próprias, em âmbito regional, em conformidade com os objetivos do FNDC e com o presente Estatuto;

V - realizar Plenárias Regionais para a escolha de delegados à Plenária Nacional, estabelecendo a representação dos Sócios Fundadores Entidades Regionais e Sócios Titulares Entidades Regionais.

§ 2º. A Organização e as condições de atuação dos Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação serão detalhadas no Regimento Interno do FNDC.

Seção I

Do Conselho Deliberativo

Art. 23. O Conselho Deliberativo será eleito, através de chapas, pela Plenária Nacional, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo constituído por no mínimo 11 (onze), e no máximo 21 (vinte e um) membros, obrigatoriamente representantes de entidades nacionais ou Comitês Regionais pela Democratização da Comunicação.

§ 1º. O número de membros do Conselho será fixado pela Plenária Nacional por ocasião das eleições ordinárias.

§ 2º. O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada quadrimestre e, extraordinariamente, sempre que solicitado por, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros, ou pela Coordenação Executiva.

§ 3º - As reuniões do Conselho Deliberativo poderão ser instaladas com a presença de, no mínimo, metade mais um dos seus membros.

Art. 24. Compete ao Conselho Deliberativo deliberar, sempre por maioria de votos dos presentes, sobre as seguintes matérias:

I - definição da orientação geral e o programa anual das atividades sociais e analisar e deliberar sobre o orçamento anual do FNDC, sempre em conformidade com este Estatuto;

II - convocação da Plenária Nacional, ordinária e extraordinária;

III - proposta à Plenária Nacional de alteração do Estatuto Social;

IV - proposta à Plenária Nacional de dissolução e/ou liquidação da associação;

V - fixação do número de membros e nomeação do Conselho de Ética, assim como o estabelecimento de suas atribuições e também sobre a destituição de seus membros.

Seção II

Conselho Fiscal

Art. 25. O Conselho Fiscal será composto por até 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes, a serem eleitos pela Plenária Nacional para mandato igual e coincidente com o do Conselho Deliberativo e da Coordenação Executiva.

Parágrafo único. Fica vedada a participação no Conselho Fiscal de membros de entidades que integram o Conselho Deliberativo e parentes, até o segundo grau, destes membros.

Art. 26. Compete ao Conselho Fiscal examinar o relatório anual e as contas das instâncias diretivas, emitindo parecer à Plenária Nacional.

Art. 27. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por ano.

Seção III

Coordenação Executiva

Art. 28. A Coordenação Executiva será composta de 5 (cinco) membros integrantes do Conselho Deliberativo, eleitos pela Plenária Nacional para um mandato de 2 (dois) anos, com os seguintes cargos:

I - Coordenador Geral;

II - Primeiro Coordenador Secretário;

III - Segundo Coordenador Secretário;

IV - Terceiro Coordenador Secretário;

V - Coordenador Tesoureiro.

§ 1º. Nos seus impedimentos, o Coordenador Geral será substituído pelo Primeiro Coordenador Secretário e este poderá ser substituído por qualquer um dos outros Coordenadores, designados pelos demais membros da Coordenação Executiva;

§ 2º. Em caso de renúncia ou de vaga de qualquer cargo da Coordenação Executiva, o Conselho Deliberativo nomeará substituto entre os seus membros.

Art. 29. Ressalvados os casos de competência privativa do Conselho Deliberativo ou da Plenária Nacional, compete a Coordenação Executiva a prática de todos os atos necessários à realização do objetivo social, sempre por voto favorável da maioria de seus membros, especialmente para:

I - exercer e executar os atos necessários à gestão e administração da associação, de acordo com a política fixada pelas instâncias deliberativas do FNDC;

II - deliberar sobre a fixação de contribuições extraordinárias e especiais dos associados, bem como sobre aceitação de doações;

III - elaborar os planos de trabalho da associação e os orçamentos anuais;

IV - definir o plano de aplicação dos recursos orçamentários anuais;

V - elaborar o relatório anual das atividades e as demonstrações da associação;

VI - deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens; a contratação de empréstimos em nome da associação e a assinatura de convênios;

VII - contratar profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades da associação;

VIII - editar jornais, boletins e veículos informativos do FNDC;

IX - deliberar sobre os fatos não previstos neste Estatuto, *ad referendum* da Plenária Nacional;

X - deliberar sobre a criação de comissões e Grupos de Trabalho e Estudos para atendimento das necessidades de implementação da política e do orçamento geral do FNDC;

XI - fixar as atribuições dos membros da Coordenação Executiva;

XII - elaborar o Regimento Interno, *ad referendum* do Conselho Deliberativo.

§ 1º. A Coordenação Executiva poderá, por voto favorável da maioria de seus membros, criar contribuições especiais ou extraordinárias para o atendimento de projetos ou necessidades temporárias.

§ 2º. As contribuições previstas no parágrafo anterior serão obrigatórias até o valor anual máximo de 3 (três) vezes a mensalidade vigente e voluntárias quando excederem esse limite.

§ 3º. Caberá recurso ao Conselho Deliberativo, sem efeito suspensivo, quanto a definição de contribuições especiais ou extraordinárias por parte da Coordenação Executiva.

Art. 30. A Coordenação Executiva reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Coordenador Geral, ou a pedido de dois outros coordenadores.

Parágrafo único - As reuniões da Coordenação Executiva poderão instalar-se com pelo menos a presença da metade mais um dos seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Art. 31. Compete ao Coordenador Geral representar a associação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, com todos os poderes necessários em direito admitidos, inclusive o de constituir procurador para realizar os objetivos da associação ou defender os seus interesses.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de o Coordenador Geral constituir procurador, este deverá ser, prioritariamente, integrante da Coordenação Executiva ou do Conselho Deliberativo.

Seção IV
Plenária Nacional

Art. 32. A Plenária Nacional é o poder máximo e soberano do FNDC e reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, preferencialmente no mês de julho, e extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir.

§ 1º. A Plenária Nacional será convocada pelo Conselho Deliberativo mediante carta registrada dirigida aos sócios, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo que, nos casos de urgência comprovada, a antecedência mínima será de 15 (quinze) dias.

§ 2º. Cada entidade nacional filiada ao FNDC terá direito a enviar 1 (um) delegado para representá-la em cada Plenária Nacional.

§ 3º. Cada entidade regional, integrante de Comitê Regional terá direito a se fazer representar na Plenária Nacional através dos delegados a que esta instância tem direito de eleger;

§ 4º. Cada Comitê Regional terá direito a 1 (um) delegado para cada 5 (cinco) representantes de Entidades Regionais que o integrem e que estiverem efetivamente presentes à Plenária Regional convocada para a eleição de delegados à Plenária Nacional.

§ 5º. A Plenária Nacional instalar-se-á, em primeira convocação, com a maioria simples dos delegados e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número e as suas decisões serão sempre tomadas por maioria simples, exceto em relação ao disposto no artigo 34 deste Estatuto.

Art. 33. Compete privativamente à Plenária Nacional deliberar sobre:

I - as alterações do presente Estatuto;

II - a política geral FNDC, bem como sobre todas as questões atinentes à associação que lhe forem propostas;

III - a política da associação e sua liquidação por proposta do Conselho Deliberativo;

IV - a contratação de auditores externos;

V - as demonstrações financeiras anuais da associação, a partir do parecer do Conselho Fiscal;

VI - o valor das contribuições ordinárias a serem cobradas dos associados; e

VII - a eleição dos membros do Conselho Deliberativo e da Coordenação Executiva.

Parágrafo único. Quanto ao valor das contribuições ordinárias a serem cobradas aos associados, a Coordenação Executiva poderá, caso necessário, fixar um índice de indexação.

CAPÍTULO VII

Exercício Social e Dissolução da Associação

Art. 34. O presente Estatuto só poderá ser reformado, no todo ou em parte, por decisão de dois terços dos delegados inscritos na Plenária Nacional.

Art. 35. O exercício social terminará a 30 de junho de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial do FNDC.

Art. 36. Dissolvendo-se a associação, os seus bens serão destinados a entidade congênera, por decisão da Plenária Nacional.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 37. A primeira Coordenação Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, serão definidos por ocasião da reunião de fundação do FNDC e terão mandato até 31 de julho de 1997, a partir de quando serão válidas as regras estatutárias destinadas a eleição dos integrantes destas instâncias diretivas.

Art. 38. Este Estatuto entra em vigor imediatamente após a sua aprovação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1995